



Desafios e perspectivas da formação humanística em Agroecologia no Ensino Superior – olhares a partir da Sociologia

Challenges and perspectives of humanistic training in Agroecology in Higher Education – perspectives from Sociology

FREIRE, Saulo de Azevedo.

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB / Universidade Estadual do Ceará – UECE, saulodeazevedo@gmail.com).

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Educação em Agroecologia

Resumo: A educação agrícola brasileira alinhou a formação às expectativas da modernização em voga na transição entre os séculos XIX/XX. Um projeto político-pedagógico pautado nas Ciências Agrárias como fonte dos conhecimentos sobre a produção rural, e nos interesses dos grandes produtores rurais, reproduzindo a estrutura das desigualdades que alijou as populações do campo e das florestas desde a colonização. Modelos educacionais específicos voltados para essas populações surgiram a partir de meados do século XX, e com mais força a partir do final daquele século. Iniciativas como as EFAs, PRONERA e Escolas Indígenas, com educação básica em diversos níveis. A criação dos primeiros Cursos Superiores de Agroecologia insere nas universidades tensionamentos em uma seara de conhecimentos até então dominada pelas Ciências Agrárias. O objetivo deste trabalho é refletir sobre os desafios da formação humanística nos cursos Agroecologia, contemplando os aspectos socioculturais e políticos dessa educação.

Palavras-chave: educação em agroecologia; ensino superior; sociologia.

Introdução

O processo de modernização agrícola principiado no século XIX, cuja consolidação se manifesta com o advento da Revolução Verde em meados do século XX, nos revela um movimento que conduz à homogeneização dos conhecimentos e das técnicas relacionados ao manejo agrícola sob a égide das Ciências Agrárias. Estas passam a reivindicar para si a autoridade sobre o saber agrícola e a primazia na proposição dos caminhos que conduziriam a uma maior eficiência na produção, apresentando um modelo que poderia ser replicado em escala global.

Durante a primeira metade do século XX observamos a criação de inúmeros cursos superiores ligados às Ciências Agrárias (Agronomia, Engenharia Agrônômica, etc.) com o intuito de disseminar os conhecimentos e técnicas da agricultura moderna, principalmente nos contextos onde os grandes empreendimentos agrícolas iriam ser desenvolvidos (como aconteceu no Brasil e em vários outros países da América Latina).

Somente na segunda metade do século XX, e próximo à virada para o século XXI é que observamos o tensionamento a partir dos movimentos sociais por modelos educacionais articulados com suas dinâmicas de vida e trabalho, como viriam a se manifestar através das Escolas da Família Agrícola – EFA, o Programa Nacional de



Educação na Reforma Agrária – PRONERA. No tocante ao ensino superior a formação pautada nas Ciências Agrárias convencionais continuou hegemônica. A propositura de modelos educacionais alinhados às necessidades das populações do campo e das florestas caminhou junto com a organização dos movimentos sociais rurais, dos povos indígenas e comunidades quilombolas, além de vários movimentos ambientalistas que debatiam a necessidade de outras matrizes produtivas agrícolas. A articulação desses movimentos impulsionou o surgimento de uma *Agroecologia* que não estivesse preocupada apenas com os aspectos produtivos dos manejos agrícolas, mas que contemplasse também as dimensões socioculturais, políticas, éticas, e ecológicas da produção e dos diversos agentes nela envolvidos. A ampliação e o reconhecimento da *Agroecologia* na sociedade civil, e nos ambientes acadêmicos e institucionais como um novo paradigma agrícola viável, impulsionou a criação dos primeiros Cursos Superiores de Agroecologia no Brasil na primeira década do século XXI.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre os desafios da formação humanística no Ensino Superior em Agroecologia tomando como ponto de partida as articulações e contribuições da Sociologia para compreender os inúmeros aspectos de cunho sociocultural e político-pedagógicos que estão relacionados aos processos produtivos da agricultura. E ainda mais, sobre os potenciais de produção de um conhecimento que se nutre e se orienta a partir das experiências dos diversos agentes envolvidos, agricultores, povos da floresta, comunidades remanescentes quilombolas, universidades e outros agentes da sociedade.

Metodologia

Foi utilizada para a elaboração desse trabalho a abordagem metodológica da pesquisa bibliográfica, sucedida pela revisão de literatura dos materiais identificados sobre ensino agrícola/rural no Brasil, Sociologia Rural e o papel dos movimentos sociais na propositura de um modelo de educação em agroecologia.

Além disso, tomo como impulsionador dessas reflexões as experiências vivenciadas por mim enquanto docente no Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB / Campus Sousa. Os desafios de articulação da disciplina de Sociologia, com os demais aspectos formativos presentes no curso, além do contato com as experiências dos movimentos sociais e agricultores locais, como elementos que se somam às reflexões teóricas para pensar os desafios de uma formação humanística no Ensino Superior em Agroecologia.

Resultado e discussões

As Ciências Agrárias, desde finais do século XIX, estiveram voltadas para o desenvolvimento de pesquisas que produzissem o melhoramento genético das sementes, o aprimoramento das máquinas agrícolas, dos sistemas de irrigação, de adubação e de combate a pragas, a partir da introdução de substâncias químicas nos manejos.



Devemos compreender ainda que as transformações técnicas identificadas nesse contexto não devem ser analisadas como um fim em si mesmo. Elas são fruto de processos *políticos, científicos, econômicos* em voga em um determinado período. O engendramento dessas instâncias fomenta o surgimento de um projeto educacional (político-pedagógico) específico, encarregado de forjar mentalidades alinhadas a esse tipo de manejo, e respaldando socialmente a adoção das novas tecnologias e os produtos delas provenientes (LAMAR; ROACH, 2019).

Os cursos formais de nível técnico e superior apresentaram-se como caminhos através dos quais os novos agentes operadores das técnicas modernas adquirem os conhecimentos e a habilitação profissional para articular esses empreendimentos. Perceberemos, contudo, que a formação desses novos agentes profissionais da agricultura não contempla amplamente a formação dos agricultores que outrora foram os detentores de conhecimentos necessários à produção rural. Eles não se tornaram os agentes protagonistas desse processo de formação para a modernização, e sim o técnico, o agrônomo, o engenheiro, advindos de diferentes estratos sociais.

Mendonça (2010) nos mostra que no Brasil a ação estatal assumiu um papel crucial para a implantação e difusão da educação agrícola. Tal medida corroborou para a preparação desse novo quadro de agentes especialistas da agricultura, ao mesmo tempo em que incidiu para a formulação do novo paradigma da agricultura moderna em território nacional. Podemos perceber ainda que esse alinhamento do Estado no suporte aos novos processos da educação e da modernização agrícola exprime também a influência histórica dos grandes proprietários agrícolas junto à acomodação dos processos decisórios da política estatal aos seus interesses.

No caso brasileiro, a escola e, principalmente, nesse contexto, a universidade ainda se apresentavam como espaços pouco frequentados por membros das classes economicamente menos abastadas – negros, indígenas e populações do campo. Essas populações, em abundância nas zonas rurais e de floresta do país, em sua maioria, não circulavam nas salas de aula nem como público discente, nem como alvo das preocupações na produção do conhecimento. Como esperar que a produção acadêmica refletisse ou resolvesse problemáticas vivenciadas por grupos sociais como os apontados anteriormente, se esses grupos não eram partícipes desse processo de construção do conhecimento? Temos aí um recorte étnico-racial e de classe que atravessou o acesso de determinados grupos aos diversos níveis de escolarização, e, em especial, à formação no arcabouço de conhecimentos que passaram a ser exigidos como requisitos para o projeto de modernização agrícola nacional.

As experiências pioneiras de educação voltada para atender as demandas das populações do campo e das florestas surgiram através de iniciativas como as *Escolas das Famílias Agrícolas (EFA)*, criadas em 1969. Essas escolas são baseadas no modelo *da pedagogia da alternância*, que intercala um período de convivência na sala de aula, e outro com atividades no campo, nas comunidades rurais. Outro exemplo foi a criação do *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)*,



criado em 1998 com o objetivo fornecer educação em seus diversos níveis jovens e adultos dos projetos de assentamento criados e reconhecidos pelo INCRA, quilombolas e trabalhadores acampados cadastrados na autarquia, e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Além disso, tivemos em 1999 o lançamento das diretrizes que instituíram a criação das Escolas Indígenas. Essas experiências propunham fornecer subsídios para, além da formação na educação básica, atender as necessidades produtivas e vitais das famílias de e comunidades que matriculavam seus filhos e filhas. Uma das principais características desse modelo educacional era o de conciliar a formação da educação básica com uma formação específica que dialogava com as dinâmicas do trabalho, da organização social, da vida e da própria cultura das populações envolvidas, respeitando suas particularidades e fomentando iniciativas de mobilização e produção locais.

No Ensino Superior Brasileiro a criação dos primeiros cursos de Agroecologia apresentou-se como ponto de tensionamento em uma formação superior até então homogeneizada a partir dos preceitos das Ciências Agrárias. A inserção da Agroecologia no âmbito da educação brasileira surge justamente como resposta às demandas apresentadas, tanto pelos movimentos sociais do campo, quanto de propostas oriundas dos próprios ambientes acadêmicos, no intuito de oferecer soluções produtivas ao modelo hegemônico de agricultura baseada no *agronegócio*.

Gomes (2014) aponta que o primeiro curso superior de Agroecologia implantado no Brasil somente em 2005, com o surgimento de Bacharelado em Agroecologia, oferecido pela Universidade do Contestado (UNC), em Santa Catarina. No ano de 2021 o *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC* indicava a existência de um total de 52 cursos de Agroecologia em nível superior. Esse avanço no Ensino Superior brasileiro só foi possível, como nos mostram Guhur e Toná (2012), após um processo de popularização da Agroecologia no país a partir do final da década de 1980 com a publicação do livro *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*, de Miguel Altieri (ALTIERI, 2012). Além disso, ao longo da década de 1990 e, com maior força, a partir do início dos anos 2000 os movimentos sociais do campo, em especial aqueles vinculados à Via Campesina e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, incorporaram o debate agroecológico às suas estratégias políticas, e passaram a dar contribuições importantes nesse campo (GUHUR E TONÁ, 2012. p. 61).

Para Balla *et al* (2014) um dos principais desafios educacionais dos cursos de Agroecologia em seus diversos níveis é "(...) preparar os educandos para atuarem junto aos agricultores na construção de racionalidades ecológicas a partir dos modos de produção camponeses" (BALLA et al, 2014. p. 4).

A produção do conhecimento agroecológico, enquanto matriz produtiva e científica apresenta como aspecto basilar a compreensão dos múltiplos engendramentos *culturais, sociais, políticos e educacionais* indissociáveis para o funcionamento dos sistemas produtivos. Essa perspectiva nos apresenta uma ruptura com a abordagem *unidimensional* que faz com que a produção seja compreendida apenas a partir dos



contextos técnicos dos manejos agrícolas. No âmbito da formação superior em Agroecologia, o que nos interessa para esse estudo, torna-se indispensável que os estudantes tenham contato não apenas com os conhecimentos técnicos da produção, mas que também tenham acesso a uma bagagem de conhecimentos que os façam compreender de forma *holística* os mais diversos aspectos atrelados à produção agrícola. Autores como Caporal et al (2011) e Casado et al (2000) afirmam que é possível agrupar os aspectos centrais da Agroecologia em três dimensões: a) *ecológica e técnico-agronômica*; b) *socioeconômica e cultural*; e c) *sociopolítica*. Estas dimensões não atuam de forma isolada, e os autores nos mostram que elas influem e se fundam umas nas outras, estando totalmente integradas. Fazendo com que, para estudá-las e compreendê-las pressupõe-se a necessidade de uma abordagem *holística*.

A partir das experiências da docência da Sociologia junto ao Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFPB / Campus Sousa, pude perceber que a propositura de reflexões sobre temas como as transformações provenientes do modo de produção capitalista e suas implicações para o trabalho e a produção rural; organização dos movimentos sociais do campo; reforma agrária; expansão do agronegócio na agricultura transnacional; relações étnico-raciais; relações entre sociedade natureza; cultura camponesa, entre outros, têm se apresentado como aportes fundamentais para o fomento de análises e debates sobre a contemporaneidade das problemáticas que atravessam os territórios rurais e de florestas, suas populações e suas dinâmicas de organização do trabalho e da vida. Em uma investigação mais ampla em outros Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Agroecologia do estado da Paraíba (UFPB/Bananeiras; UFCG/Sumé; UEPB/Lagoa Seca; IFPB/Picuí; e também no IFPB/Sousa, onde estou inserido como docente), foi possível identificar que esses temas estão presentes e são problematizados nas ementas e planos de ensino de disciplinas como: Sociologia Geral, Sociologia Rural; Antropologia; Sociologia e Antropologia da Agricultura Familiar; Seminário de Educação das Relações Étnico-raciais, entre outras disciplinas correlatas que transitam por aportes teórico-metodológicos da Sociologia e das Ciências Sociais.

Para pensarmos novas possibilidades de articulação desses temas e disciplinas dentro dos Cursos Superiores de Agroecologia, nos inspiramos em uma recomendação de Martins (2012), que nos chama a atenção para a importância de que a Sociologia dialogue com outros conhecimentos humanísticos como os da História, da Geografia, da Literatura e, assinalo mais, com os conhecimentos das populações que foram tratadas historicamente como "objetos investigação" pelas próprias Ciências Humanas. Segundo Sevilla Guzmán (2002), não se trata somente de conhecer ou explicar, mas, sobretudo de intervir e articular-se com esses universos para incidir criticamente no curso de suas transformações. Para tanto, é exigida uma postura diferente daquela que era comum tanto aos primeiros sociólogos rurais (alinhados à modernização agrícola), quanto aos cientistas agrários, que se posicionam na condição de *pesquisador-sujeito-que-sabe* em uma relação de antagonismo com *pesquisado-objeto-que-ignora*. Uma Sociologia que parte de uma perspectiva agroecológica lança mão de um "pensar junto" com os agentes desses



processos de produção do conhecimento, seus costumes, arranjos produtivos, espiritualidades e saberes e fazeres dos mais diversos (LEFF, 2002; 2012; 2019).

Considerações finais

Tal como apontado ao longo das reflexões até aqui tecidas, é preciso reconhecer que as populações rurais e das florestas são muito mais do que simples instrumentos da produção agrícola, ou populações a alcançarem um modelo específico de “desenvolvimento” mediante o contato com as “modernas” técnicas produtivas. São autoras e consumidoras de um modo de vida cujas experiências se apresentam como um forte referencial para compreensão das próprias contradições que existem dentro e fora do mundo rural brasileiro.

Muito mais do que a replicação de um modelo de educação homogêneo, o que os movimentos sociais atrelados a esses grupos têm reivindicado é o desenvolvimento de proposituras educacionais capazes de se articular aos diversos ordenamentos de sua vida material e simbólica, capazes de contemplar suas dinâmicas específicas de relações com os territórios.

Como nos mostra Sevilla-Guzmán (2006), ao reconhecer que um dos aspectos centrais para a confluência dessas abordagens reside na possibilidade de existência de uma matriz comunitária, que insere o agricultor, os povos da floresta, remanescentes quilombolas, e outros grupos a partir de uma práxis intelectual e política, a sua identidade local e rede de relações sociais no delineamento não apenas dos processos produtivos, como também sobre as próprias relações do produtor com a natureza de forma mais abrangente. Nesse sentido, a educação em agroecologia promovida a partir do Ensino Superior precisa ser tecida a partir de um *diálogo de saberes*, que coloca em relações de equidade os diversos agentes envolvidos não apenas nos manejos produtivos, mas sobretudo nesse âmbito específico, na própria produção dos conhecimentos.

Referências bibliográficas

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

BALLA, J. V. Q.; MASSUKADO, L. M.; PIMENTEL, V. C. **Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil**. Revista Brasileira de Agroecologia Rev. Bras. De Agroecologia. 9(2):3-14(2014).

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS,. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. In: CAPORAL, F.



R.; AZEVEDO, E. O. Princípios e perspectivas da Agroecologia. Paraná (apostila). Cidade: Paraná, IFPR, 2011. p. 44 – 80.

CASADO, G. I. G; MOLINA, M. G.; GUZMÁN, E. S. (orgs.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones MundiPrensa, 2000.

GOMES, T. O. **Formação Superior em Agroecologia e Educação no Campo: práticas sociais que transbordam áreas de conhecimento**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2014.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. **Agroecologia**. In; CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. / organizado por. – 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012. P. 57 – 64.

LAMAR, A. R.; ROACH, E. F. F. **Los desafíos epistemológicos de la educación científica para el desarrollo de la agricultura em Cuba**. In: Revista Ciênc. Educ., Bauru, v. 25, n. 4, p. 855-872, 2019.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan. - mar, 2002.

_____. **Aventuras da epistemologia ambiental - da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019

MARTINS, José. Souza. **Crítica da sociologia rural - o futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural**. In: Sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.



MENDONÇA, S. R. **Agronomia, agrônomos e política no Brasil (1930-1961)**. In: Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 126-141, jul - dez. 2010.

SEVILLA GUZMÁN, E. **A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas**. In: Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.1, p. 18-28.jan./mar, 2002.

_____. **Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria** In: Revista Agroecologia. Sociedad Española de Agroecología / Universidad de Murcia. v. 1, p. 7-18, dezembro de 2006.